

**SUJEITOS EM PERFORMANCE: A EXPERIÊNCIA DO TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA NA REGIÃO TURÍSTICA ROTA MISSÕES**

**SUJETOS EN PERFORMANCE: LA EXPERIENCIA DEL TURISMO DE BASE
COMUNITARIA EN LA REGIÓN TURÍSTICA RUTA MISIONES**

Recebido em: 30/09/2024

Aceito em: 12/12/2024

Publicado em: 29/01/2026

Cleber Magalhães Tobias¹ 

Universidade Federal da Fronteira Sul

Carlos Eduardo Ruschel Anes² 

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: Este trabalho sugere uma relação do modelo de Turismo de Base Comunitária (TBC) com o processo de desenvolvimento baseado na expansão das liberdades reais dos indivíduos. O TBC é um modelo de turismo que trabalha com a potencialidade das diversidades locais, e o poder inclusivo da comunidade no próprio processo de desenvolvimento turístico. A partir de uma pesquisa fenomenológica, classificada como qualitativa e descritiva, a região turística Rota Missões é utilizada como objeto de análise, mais especificamente a experiência da Trilha dos Santos Mártires das Missões, de modo a correlacionar o protagonismo da comunidade com os avanços sociais, ambientais e econômicos local.

Palavras-chave: Turismo sustentável; Desenvolvimento como Liberdade; Trilha dos Santos Mártires das Missões; Patrimônio territorial.

Resumen: Este trabajo sugiere una relación entre el modelo de Turismo de Base Comunitaria (TBC) y el proceso de desarrollo basado en la expansión de las libertades reales de los individuos. El TBC es un modelo de turismo que trabaja con la potencialidad de las diversidades locales y el poder inclusivo de la comunidad en el propio proceso de desarrollo turístico. A partir de una investigación fenomenológica, clasificada como cualitativa y descriptiva, la región turística Ruta Misiones se utiliza como objeto de análisis, más específicamente la experiencia de la Ruta de los Santos Mártires de las Misiones, con el fin de correlacionar el protagonismo de la comunidad con los avances sociales, ambientales y económicos locales.

Palabras-chaves: Turismo sostenible; Desarrollo como Libertad; Ruta de los Santos Mártires de las Misiones; Patrimonio Territorial.

INTRODUÇÃO

O turismo tem recebido uma crescente atenção como objeto de estudo no mundo acadêmico devido a sua multidimensionalidade de atuação. Áreas do conhecimento como a Geografia, Economia, Ciências Sociais, dentre outras, buscam trazer análises mesmo diante da complexidade da temática, uma vez que se propõe uma discussão multidisciplinar e multidimensional que envolve desde a participação da sociedade, a imersão na cultura local, até

¹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela UFFS - Campus Cerro Largo. E-mail: clebermagalhaes@uffs.edu.br

² Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC, Pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNIJUI. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas - PPGDR/UFFS. E-mail: carlos.anes@uffs.edu.br

mudanças significativas no território³. O debate ocupa uma posição privilegiada na discussão das potencialidades da população, na preservação das características locais, no respeito às individualidades, na valoração do seu patrimônio territorial⁴ enquanto um bem comum.

Em decorrência desta abordagem de desenvolvimento do turismo, sob a perspectiva do fortalecimento de suas capacidades e potencialidades produtivas, avanços no campo das políticas públicas, da forma de gestão, do envolvimento da sociedade civil, qualificação dos recursos e ativos locais, ou seja, do seu patrimônio territorial (Dallabrida *et al.*, 2020), é que o Turismo de Base Comunitária se apresenta como um modelo alternativo possível.

O TBC é compreendido como uma modalidade que contrapõe ao turismo convencional, como alternativa para a exploração destas potencialidades a partir da valorização das especificidades locais, por meio da inclusão da comunidade no desenvolvimento do turismo como geradora de renda e qualidade de vida (Moraes; Costa Novo, 2014). Por este motivo, que neste estudo propomos, portanto, reconhecer a relevância das capacidades dos agentes locais na perspectiva do Turismo de Base Comunitária, nos valendo das características do patrimônio territorial em questão. Sobretudo, considerar o conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais como referência é o ponto de partida para o processo de elaboração e planejamento de estratégias de desenvolvimento (Dallabrida *et al.*, 2020). Adicionalmente, pretende-se sinalizar possíveis relações entre o TBC e ampliação das liberdades instrumentais dos agentes envolvidos (Sen, 2010, p.21), destacando sua interligação com o desenvolvimento social, político e econômico.

Metodologicamente, o texto resulta a partir de uma abordagem fenomenológica, classificada como qualitativa e descritiva. Como objeto de pesquisa, foram selecionados os atores envolvidos com a Trilha dos Santos Mártires das Missões (TSM), na região turística Rota Missões, no Noroeste do Rio Grande do Sul, com o objetivo de aproximar esta experiência

³ O território é compreendido neste estudo a partir de uma perspectiva sistêmica, admitindo os princípios da integração, interdependência e multidimensionalidade no seu estudo e análise, além de que nem tudo é factível de ser controlado a partir do território, com exceção dos seus ativos ou recursos, representados pelo patrimônio territorial (Dallabrida *et al.*, 2021).

⁴ Por patrimônio territorial entende-se como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território. Representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, o ambiente natural, a formação humana e intelectual, as expressões culturais e a cultura empresarial, os valores sociais, as configurações de associativismo e as redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas, presentes num determinado território. O patrimônio territorial é resultado de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural e é representado por elementos herdados do passado longínquo, outros (re)construídos mais recentemente, com elementos que se sobrepõem ao território constantemente (Dallabrida *et al.*, 2020, p.13).

ao Turismo de Base Comunitária. O estudo aborda conceitos como liberdade instrumental (Sen, 2010), Turismo de Base Comunitária (Irving, 2009), e patrimônio territorial (Dallabrida, 2020).

A coleta de dados ocorreu por meio de análise documental; também, através da observação participante, realizada durante a 20ª e 21ª edição da Trilha dos Santos Mártires das Missões, que ocorreu em novembro de 2021. O presente estudo utilizou triangulação de fontes de evidências para compreensão dos fatos analisados. Ao final foi possível destacar o valor do agente local na construção colaborativa do espaço e relacioná-la com as liberdades instrumentais.

Assim, o texto está estruturado, a partir destas considerações iniciais, em mais três partes: (i) a primeira e segunda, sintetizando as principais abordagens teóricas sobre Turismo de Base Comunitária e as liberdades instrumentais; (ii) a terceira, apresentando as relações pertinentes e resultados encontrados na investigação da experiência vivenciada na Trilha dos Santos Mártires das Missões; (iii) e a quarta, com as considerações finais. Ainda, por fim, apresentam-se as referências bibliográficas empregadas na confecção do texto.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA OLHARES PERTINENTES

O turismo recentemente tem trazido reflexões sobre as questões de consumo, qualidade de vida e sustentabilidade nas suas mais diferentes dimensões. Compromissos globais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, corroboram com a intenção de novas abordagens em todas as áreas, e em especial no turismo. Neste ínterim, o turismo de base comunitária (TBC) é abordado sob uma perspectiva multidimensional, que reforça uma proposta de territorialidade a partir da valorização dos saberes, da historicidade, e da manutenção da identidade local.

Os processos de planejamento, gestão e tomadas de decisões devem ser participativos e protagonizados pelas comunidades. Esse tipo de turismo que se apresenta, cuja motivação difere do turismo convencional, e que busca respeitar as dimensões de sustentabilidade (Sachs, 2004, p.16), está em consonância ao que se compreende como Turismo de Base Comunitária (TBC). Essa modalidade do turismo emerge a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), em 1997, mas que ganha notoriedade e reconhecimento nacional em 2008 quando o Ministério do Turismo assim o define:

[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2007, p. 24).

Neste sentido, entende-se que o turismo comunitário além de usufruir dos recursos naturais e culturais de maneira sustentável, tem como princípios a valorização das especificidades do local e, principalmente, permitir a participação dos agentes locais como coadjuvantes e organizadores das atividades, assim equilibrando a interação entre a atividade, o homem e a natureza (Moraes; Costa Novo, 2014, p. 3).

É importante compreender que Turismo de Base Comunitária não é um segmento, mas sim, um modo de se fazer turismo. A proposta é promover um turismo equitativo, justo e participativo, e que dê um lugar de protagonismo para a comunidade em todas as etapas, desde o planejamento, a implementação até o monitoramento, sempre levando em consideração a sustentabilidade sob suas diferentes dimensões.

Não existe apenas um conceito restrito e imutável para compreender este modo de se fazer turismo, por isso vale revisitar algumas contribuições que de maneira geral reúnem características como as questões do empoderamento das comunidades e que reforçam elementos que garantem tal protagonismo a eles:

QUADRO 1 – CONCEITOS DE TBC.

Conceitos sob diferentes olhares	Elementos de destaque
Aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais. (WWF, 2001, p.2)	- Autonomia das comunidades; - Participação ativa; - Benefícios para a comunidade; - Empoderamento.
Turismo comunitário ou de base comunitária é aquele em que as comunidades, de forma associativa, possuem controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão das atividades e assim conseguem melhorar suas economias. Por meio do envolvimento participativo realizam variados projetos, que, além de garantir a melhoria de suas condições de vida, preparam as condições para receber visitantes e turistas. (CORIOLANO, 2003, p.10).	- Associativismo; - Autogestão comunitária; - Envolvimento participativo; - Qualidade de vida.
Tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (IRVING, 2009, p.111).	- Coletividade; - Inclusão; - Valorização da cultura local; - Pertencimento
O turismo de base comunitária é aquele no qual, as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária. (REDE TUCUM, 2008).	- Pautado na economia solidária; - Valorização dos saberes locais; - Patrimônio territorial.

O Turismo de Base comunitária é a viabilidade de se realizar o desenvolvimento local através do turismo dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida das comunidades, valorizando suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na construção ativa desse processo. (BENEVIDES, 2002).	- Base para o desenvolvimento local; - Ênfase para o ambiente; - Identidade cultural; - Geração de renda; - Corroborar com elementos do patrimônio territorial.
É uma estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. As comunidades tradicionais se definem por critérios geográficos - como um território isolado -, culturais - compartilhando costumes, usos e tradições, e feixes de hábitos -, ou por funções socioeconômica - variando por modos de produção e distribuição. (BARRETO, 2004).	- Visibilidade às comunidades excluídas; - Potencialidades territoriais; - Turismo como estratégia de valorização dos sujeitos e de seus territórios.

Fonte: Adaptado de Roseane Cristina Santos Gomes (2014).

Nesse sentido, é possível compreender a multidimensionalidade do turismo de base comunitária sob diferentes olhares conceituais, mas que sinalizam para elementos basilares como a participação ativa de seus membros em todas as etapas do planejamento e gestão da atividade turística, o que resulta no empoderamento e nos benefícios diretos para a comunidade. Pautado na economia solidária, o TBC promove o associativismo, a autogestão comunitária e o envolvimento participativo, reforçando a coletividade e a inclusão. A valorização dos saberes e da cultura local é central, gerando um sentimento de pertencimento e visibilidade às comunidades, muitas vezes excluídas. Além de proporcionar geração de renda, o TBC busca melhorar a qualidade de vida, priorizando os ativos do patrimônio territorial. Ele corrobora com o desenvolvimento local, valorizando as potencialidades territoriais e a identidade cultural dos sujeitos e seus territórios, utilizando o turismo como estratégia de valorização e fortalecimento dessas comunidades.

Além da participação comunitária comum, entre as diversas definições de TBC, e o comprometimento com o ambiente, também é notória a sensibilidade com a identidade local e os aspectos de preservação do território, os quais surgem como uma alternativa ao modelo de turismo tradicional. Cabe destacar, embora muito brevemente, a relação de proximidade com a abordagem territorial do desenvolvimento, em especial quando se confirma que o TBC auxilia na ativação do patrimônio territorial, tendo presente que a sua concepção engloba, um “conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território” (Dallabrida *et al.*, 2020).

Tendo isto posto, e frente a fecunda diversidade de compreensão sobre o conceito de TBC, o Ministério do Turismo do Brasil (MTUR, 2007, p. 26) também apresenta sua

compreensão sobre a temática, apresentando os princípios bases na tentativa de incentivar políticas públicas no sentido de destacar: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local; protagonismo das comunidades. Esta polissemia de compreensões também é resultado da heterogeneidade das experiências, da origem do território, e também da perspectiva política de cada entidade responsável por organizar e viabilizar cada experiência.

O fato é que se propõe, sujeitos a críticas e limitações, a compreender o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa de turismo sensível às multidimensionalidades da sustentabilidade. O turismo baseado na sustentabilidade é encarado como uma via de mão dupla, em que “se satisfaz tanto as necessidades dos visitantes, como as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras” (MTUR, 2007, p.25). Portanto, o desafio é compreender como que o comprometimento com as gerações futuras, está sendo preservado ao mesmo tempo em que se garante “o protagonismo das comunidades em todas as etapas (planejamento, implementação e monitoramento) levando em consideração a sustentabilidade social e ambiental destas atividades” (Irving, 2009, p.112).

De modo geral o que se observa é uma possibilidade de relação entre o turismo de base comunitária, a partir da ativação do patrimônio territorial em suas diferentes dimensões, com a ampliação das oportunidades socioeconômicas, ambientais, políticas, e das liberdades individuais dos atores envolvidos. Neste sentido, na sequência trataremos pontualmente da compreensão do desenvolvimento enquanto uma possibilidade de ampliação das liberdades das comunidades, apontando caminhos para uma sociedade sustentável.

EXPANSÃO DE LIBERDADES INDIVIDUAIS A PARTIR DO TBC

O processo de construção de um turismo sustentável, baseado na comunidade, respeitando as suas características, traz consigo muitos desafios, entre eles compreender o papel desta comunidade, uma vez que ela passa a ser o agente responsável pelo próprio desenvolvimento. Por isso, nesta perspectiva, buscamos relacionar o TBC e a ampliação das liberdades individuais a partir do que é proposto por Amartya Sen em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”.

Quando se fala em um turismo de base comunitária calcado no “protagonismo da comunidade”, onde ela passa a ser participativa tanto no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades é imprescindível que ela também esteja apta a compreender em que

condições sociais, econômicas e políticas ela se encontra, para que também seja possível romper com as limitações sociais, políticas, econômicas que os atores estejam expostos.

Nesse sentido, Sen (2010, p. 28) destaca que é necessária uma concepção adequada de desenvolvimento que vá muito além da acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. O que se propõe a partir destas reflexões é reconhecer as oportunidades sociais adequadas, em que os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Sen advoga que o caminho está muito além do intermédio de benefícios passivos advindos de programas de desenvolvimento. Alerta também que, junto ao processo de globalização surgem inúmeras privações de liberdades que ameaçam o meio ambiente e à sustentabilidade tanto econômica, quanto social. Por isso, existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável.

Para Sen a condição de agente está relacionada diretamente com as oportunidades sociais, políticas e econômicas que se dispõe ao seu favor, logo a capacidade geral de uma pessoa, está diretamente relacionada aos 5 tipos de liberdades⁵ instrumentais: (1) liberdade política, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. Ainda para o autor, cada um destes distintos ‘tipos direitos e liberdades’ ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa, podendo ainda completar-se quando interacionadas umas às outras" (Sen, 2010, p.25).

Logo, o Turismo de Base Comunitária pode ser visto como um ambiente fecundo de análise destas liberdades, uma vez que a disposição social no seu entorno abrange muitas instituições como por exemplo, o Estado, o mercado, a mídia, os grupos de interesses, os foros de discussão pública, entre outras, e que são investigadas segundo sua contribuição para a expansão de garantias das liberdades dos indivíduos, vistos aqui como “agentes ativos de mudança” (Sen, 2010, p.11).

No contexto do TBC, há uma clara conexão com a ideia de Sen, pois esse modelo de turismo propõe autonomia e participação ativa das comunidades receptoras no controle sobre o planejamento e gestão das atividades turísticas. A contribuição com a ampliação das liberdades políticas é factível ao passo que os agentes locais, com a ativação do patrimônio territorial, são capazes de tomar decisões que além de afetar diretamente em suas vidas e na sua comunidade,

⁵ Liberdade não é apenas a base da avaliação de êxito ou fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. (SEN, 2010, p.33).

também interferem diretamente no exercício da autonomia sobre seus recursos naturais, culturais e territoriais.

A respeito das facilidades e oportunidades econômicas advindas pela ampliação das liberdades individuais, o turismo de base comunitária viabiliza a geração de renda a partir da criação de oportunidades econômicas que possibilitam a redução da pobreza. A geração de renda local e a economia solidária fortalecem as capacidades das comunidades, permitindo que elas invistam em áreas que ampliam sua qualidade de vida, como educação, saúde e infraestrutura.

Sob o viés das liberdades sociais e culturais, o TBC contribui para fortalecimento das liberdades ao enfatizar a valorização dos saberes locais, a identidade cultural e o patrimônio territorial. As comunidades ganham visibilidade e reconhecimento, o que amplia sua liberdade de expressar e preservar suas tradições e modos de vida, sem serem forçadas a seguir modelos externos, muito pelo contrário, buscam elementos da sua historicidade o que qualifica a experiência do turista e também promove uma sensação de pertencimento e identidade como o que é produzido a partir deste modo de se fazer turismo.

O empoderamento comunitário, por sua vez, característico do agente do TBC, permite que as pessoas assumam controle sobre suas próprias vidas e escolhas, rompendo com situações de dependência ou exploração, garantindo a segurança protetora da expansão das liberdades individuais. A ativação de políticas públicas de acesso à recursos e ações de preservação ao meio ambiente, o acesso à qualidade de vida e à saúde básica são garantidos, uma vez que a questão do saneamento básico hoje se apresenta como um agravante nas causas da vulnerabilidade social. Ao proporcionar um nível básico de proteção, cria-se uma condição essencial para que as pessoas possam ter a liberdade de planejar suas atividades, sem constante ameaça de calamidades por questões climáticas, pandêmicas, ou ainda por mudanças regulatórias nas políticas de estado na questão do turismo.

O nosso foco aqui não é discorrer sobre cada tipo de liberdade, apenas reconhecê-las como realidade indissociável do processo de desenvolvimento em que se põe em evidência a comunidade, assim como ocorre no turismo de base comunitária. A condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento. Os “desafios cruciais do desenvolvimento” em que é necessário “libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito” que constantemente nega acesso ao mercado de trabalho. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social da comunidade, sendo que a

negação do acesso ao mercado de produtos frequentemente está entre as privações que pequenos agricultores estão sujeitos” (Sen, 2010, p. 21).

Nesta proposição de reconhecer o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais dos indivíduos, é preciso compreendê-la em uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo que é considerada o “fim primordial”, também é o “principal meio” do desenvolvimento, definido por Amartya Sen respectivamente de “papel constitutivo” e “papel instrumental”.

Destacamos uma ideia final de Sen (2010), sobre a interdependência entre liberdade e responsabilidade.

O caminho entre liberdade e responsabilidade é um caminho de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (Sen, 2010, p. 361).

Por fim, a qualidade das oportunidades sociais que os agentes são pré-dispostos é proporcional ao aumento das liberdades individuais e ao comprometimento social empreendido. O que precisa ter clareza é de que a liberdade é um conceito inerentemente multiforme, complexo, porém imprescindível ao desenvolvimento. Nesse sentido partimos para análise do perfil da região turística da Rota Missões, em busca de evidências de oportunidades sociais, políticas e econômicas deste território a partir de uma experiência de turismo de base comunitária.

SUJEITOS EM PERFORMANCE: A EXPERIÊNCIA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO TURÍSTICA ROTA MISSÕES

O estudo da região turística da Rota Missões, composta por 26 municípios, busca evidenciar as oportunidades sociais, políticas e econômicas que os agentes locais estão pré-dispostos. Nela o turismo histórico e religioso ganha destaque e busca fortalecer a história do período jesuítico-indígenas, presente nos remanescentes das reduções jesuíticas, como por exemplo destaca-se o Parque Histórico Nacional das Missões. A Região possui outras atrações

baseadas na culinária, celebrações religiosas, assim como um potencial crescimento na exploração do ecoturismo⁶ e turismo rural.⁷

Para este estudo, ganha destaque a experiência de turismo vivenciado na Trilha dos Santos Mártires das Missões (TSMM), uma vez que esta atende uma série de preceitos básicos que lhe aproximam da experiência de um turismo de base comunitária. O primeiro elemento a ser destacado é a sua constituição enquanto uma entidade sem fins lucrativos de caráter associativo. A governança local é conduzida pela Associação Amigos da Trilha dos Santos Mártires das Missões (AATRISAMM) desde o ano de 2002. Em seu estatuto é possível identificar o compromisso com a preservação da natureza, valorização da paisagem rural, bem como o respeito e preservação à identidade cultural e religiosa da comunidade, as quais são fortemente influenciadas pelas tradições dos povos indígenas guaranis, jesuítas e imigrantes europeus.

Sob o aspecto da territorialidade construída a partir da Trilha dos Santos Mártires das Missões é possível destacar claramente que ela vem sendo construída a partir da adesão da própria comunidade aos princípios basilares da AATRISAMM. Embora seja possível identificar uma espinha dorsal que delineia um caminho pré-definido, identificou-se que desde a sua criação a Trilha já percorreu diferentes traçados, e que estes sofrem alterações à medida que as comunidades receptoras aderem à proposta (Tobias, 2022, p.72). No ano de 2021 foi o delineamento da espinha dorsal destacando os pontos de interesse da Associação que são: o Passo do Padre, Cruz do Martírio do Padre João de Castilhos, Santuário Assunção do Ijuí, Cerro do Inhacurutum, Sítio Arqueológico Nossa Senhora da Candelária do Caaçapamini, e o Santuário do Caaró, conforme pode ser observado no mapa:

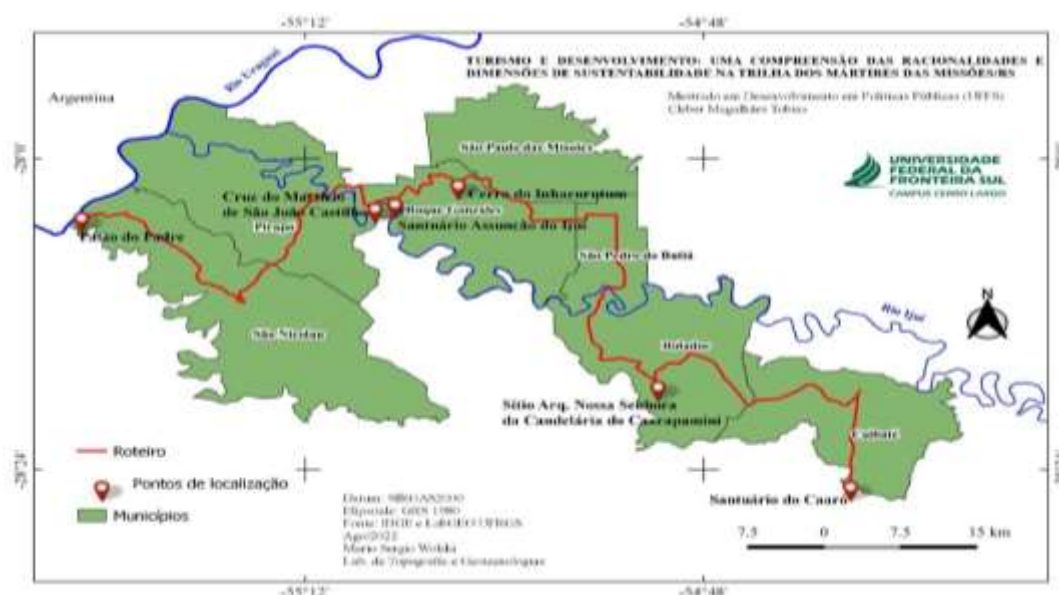
IMAGEM 1 – MAPA COM OS PONTOS DE INTERESSE DA TSMM

⁶ Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTUR, 2016).

⁷ Atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTUR, 2016)

CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE



Fonte: Cleber Magalhães Tobias (2022).

Embora seja possível identificar neste mapa os municípios de Caibaté, Pirapó, Rolador, Roque Gonzales, São Nicolau, São Pedro do Butiá e São Paulo das Missões, a partir da análise de documentos foi possível constatar que Trilha dos Santos Mártires das Missões já contemplou em seu traçado pelo menos mais quatro municípios sendo eles: Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Mato Queimado e Salvador das Missões, conforme pode ser observado no mapa a seguir:

IMAGEM 2 – ROTAS E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA TSM NO PERÍODO DE 2021 - 2023.



Fonte: Alberto Ensslin Wendt (2024).

O que se observa, portanto, é o dinamismo das comunidades que moldam o território conforme as suas limitações, potencialidades e interesses, fazendo do turismo um organismo vivo que se desenvolve mediante o fortalecimento das vantagens derivadas de suas capacidades e potencialidades produtivas, e principalmente na qualificação do seu patrimônio territorial. Sobretudo este modo de se fazer turismo promove, e dá visibilidade às comunidades excluídas e esquecidas pelo poder público, uma vez que a territorialização de espaços e lugares antes invisibilizados, passam a ganhar um novo significado a partir do olhar do turista.

Sob o aspecto social e geográfico vale destacar que lugares como o Passo do Padre e o Cerro do Inhacurutum, são construções simbólicas que passaram por um processo de patrimonialização, e que hoje são lugares que tecem o território e que estão repletos de simbologias, (re)significações, e historicidades. A autonomia e o protagonismo dado, digo, construído por estes atores lhes permitem organizar, planejar e repensar nas dinâmicas deste território, corroborando assim com um turismo de base comunitária comprometido com a ampliação das liberdades individuais dos seus partícipes.

Na perspectiva do turista, o que se observa é a satisfação de uma experiência peculiar e característica deste território e que só pode ser vivido neste contexto. A compreensão de desenvolvimento manifestada pelos agentes da Trilha está fortemente relacionada aos valores e objetivos expressos pela organização. O juízo de valor, e também o julgamento ético estão contidos nas percepções de seus participantes, de modo que ao final deste processo de reflexão os seus agentes se projetam como seres melhores, evoluídos e satisfeitos, como pode ser percebido no relato de experiência de um dos participantes, conforme relato produzido por um trilheiro que percorreu o roteiro:

Eu mudei bastante a minha ideia da trilha. Eu fui lá com o intuito só de andar de bicicleta, e conhecer um lugar novo. Mas daí tu vai conhecendo as comunidades, vai conhecendo a história, ela vai se inserindo em um contexto religioso que a trilha traz. Tu entra de um jeito, e sai de outro” (Tobias, 2022, p.133).

As abordagens acima demonstram que tanto a percepção do trilheiro, quanto do agente inserido na comunidade, são uníssonas em constatar que os valores e objetivos promovidos neste meio, promovem sim, uma mudança positiva na dimensão social das comunidades. Da mesma forma, na perspectiva do anfitrião, não são raros os relatos de reocupação de espaços físicos como escolas desativadas e clube de associação de moradores para fins de acolhimento

aos trilheiros. Inclusive há evidências de que o recurso gerado por conta da venda de refeições realizadas no período da Trilha, auxilia na manutenção de custos de água, luz e pequenas manutenção dos espaços⁸ (Tobias, 2022, p. 158).

A Trilha dos Santos Mártires das Missões, enquanto exemplo de turismo de base comunitária, valoriza o meio ambiente por meio de ações como o plantio de árvores nativas e frutíferas, a coleta de lixo reciclável ao longo do percurso e o incentivo à economia solidária. Além disso, promove o desenvolvimento territorial sustentável, ao manter a identidade cultural a partir de palestras de sensibilização, incentivo à participação dos agentes locais em tanto em ações efetivas de minimização de impactos, como também em ambientes de tomadas de decisão, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

A partir da pesquisa documental foi possível identificar dois momentos importantes da participação dos atores da Trilha e que estão relacionados ao processo de expansão das liberdades individuais, são eles: 1) A implementação da coleta de resíduos sólidos na comunidade rural do Passo do Quaresma, no município do Rolador. A partir de relatos dos moradores locais, foi a partir de uma palestra de sensibilização promovida por ocasião da Trilha dos Santos Mártires das Missões, que a comunidade sentiu a necessidade de demandar ao poder público municipal a realização da coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos. Antes desta ação, segundo os moradores locais o lixo era queimado ou enterrado, uma prática muito comum para o período; 2) No ano de 2006 a AATRISAMM participou efetivamente no debate sobre o impacto da implementação das barragens na Região das Missões, mostrando visão de futuro com os reflexos ambientais que estas poderiam trazer.

IMAGEM 3 – PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES NAS QUESTÕES AMBIENTAIS.

⁸ Esta evidência foi experienciada pelo próprio pesquisador durante a observação participante realizada na 21ª e 22ª Trilha dos Santos Mártires da Missões, em novembro de 2021.



Fonte: Cleber Magalhães Tobias (2022).

Ambas as experiências relatadas sinalizam para um processo de ampliação das liberdades individuais dos atores envolvidos com a Trilha, uma vez que segundo Sen (2004, p. 33), a liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas também a presença de oportunidades e capacidades que permitem que as pessoas tomem decisões significativas em suas vidas. Experiências de tomadas de decisão com estas apresentadas, dentro de um ambiente democrático e inclusivo é fundamental para o desenvolvimento das liberdades individuais, pois promove a participação e a voz dos respectivos atores.

Quando se considera a relação entre liberdade política e questões ambientais na Trilha dos Santos Mártires das Missões, alguns pontos podem ser destacados como: a manifestação ativa da comunidade em processos de tomada de decisão sobre seus recursos naturais; a responsabilidade e transparência nas decisões tomadas, de modo que os atores demandaram um posicionamento das empresas envolvidas e também do poder público municipal; equidade e justiça social, uma vez que os benefícios do turismo, no caso da experiência da coleta dos resíduos sólidos, foram distribuídos de maneira justa entre a população local.

A participação ativa da população local tem sido algo recorrente ao longo da atuação da AATRISAMM, alicerçada na autogestão das comunidades e na valorização dos saberes locais, vem acumulando práticas conforme pode ser observado nos registros a seguir.

IMAGEM 4 – ENVOLVIMENTO DOS AGENTES LOCAIS DURANTE A REALIZAÇÃO DA TSMM.



Fonte: adaptado de Cleber Magalhães Tobias (2022).

De modo geral, a análise da experiência do Turismo de Base Comunitária na Rota Missões, particularmente através da experiência da Trilha dos Santos Mártires das Missões, evidencia o poder transformador do turismo quando praticado de forma colaborativa, sustentável e inclusiva. O envolvimento ativo das comunidades locais, por meio da autogestão e da valorização de seus saberes, demonstra como o turismo pode ser uma ferramenta de fortalecimento do patrimônio territorial. O dinamismo desse processo, moldado pelas especificidades e necessidades locais, revela-se como um exemplo concreto de como o turismo pode expandir as liberdades individuais, reforçar laços comunitários e dar uma resignificação de territórios a partir do turismo, construindo um modelo de desenvolvimento que respeita e valoriza os recursos e patrimônios locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos do turismo de base comunitária presentes na TSMM ficam evidentes na participação social, de caráter associativo, com compromisso central no planejamento e gestão das atividades, o que oportuniza aos indivíduos moldar seu próprio destino e auxiliar uns aos outros. Mediante esta constatação se reconhece, que o desenvolvimento territorial só é possível quando os indivíduos recebem autonomia, e são capazes de abrir mão de benefícios passivos de programas de desenvolvimento. Não menos importante é a participação do Estado neste processo, uma vez que ele tem um papel relevante no processo de ampliação das liberdades.

A região turística da Rota Missões apresenta diversas potencialidades para um modelo de gestão comunitária. Orientada pelos princípios da sustentabilidade, ela promove as liberdades individuais e impulsiona o desenvolvimento. A Trilha dos Santos Mártires das Missões é um desses potenciais destacados na região, pois envolve moradores tanto urbanos quanto rurais que agora participam ativamente do turismo local. A gestão é compartilhada entre a Associação Amigos da Trilha dos Santos Mártires das Missões, o poder público municipal e líderes locais, aproximando os agentes locais do planejamento, execução e avaliação das ações turísticas. É compreensível que a partir deste amadurecimento, a prática do turismo de base comunitária está comprometida com as diferentes fases do processo, desde o planejamento, execução até a sua avaliação, o que possibilita a ampliação das liberdades individuais dos seus atores, assim como a ativação do patrimônio territorial em questão.

Quanto aos avanços é possível identificar os reflexos na qualidade de vida a partir da expansão das liberdades individuais apresentadas neste estudo, principalmente no que diz respeito ao processo de participação social e autogestão das comunidades. Em menor escala, mas não menos importante também pode ser destacado os avanços nos aspectos de infraestrutura, tais como estradas, sinalizações, edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, sítios arqueológicos, e pontos de comercialização de produtos artesanais. Além do mais é expressiva a valorização identitária deste território, a partir do reconhecimento da história, da cultura, e da manutenção de costumes que podem ser vivenciados ao longo do caminho.

Ainda que o Turismo de Base Comunitária seja heterogêneo e polissêmico, a possibilidade de troca de experiência entre turista e anfitrião é o elemento fundamental. A problemática que fica é quanto ao aspecto qualitativo desta relação, sendo necessário realizar novos estudos para identificar se esta percepção sobre o TBC evidencia-se também em outras organizações da mesma região turística.

REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, Valdir Roque et al. O PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS, REGIÕES OU TERRITÓRIOS: possibilidades e desafios. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 10, n. 24, p. 287-315, 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque et al. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, 2021.

GOMES, Roseane Cristina Santos. **Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas**: (des)caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível?. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-119, 2009.

MORAES, Aline Peixoto De.; COSTA NOVO, Cristiane Barroncas Maciel. Turismo de Base Comunitária: um estudo na comunidade Vila da Felicidade em Manaus/AM. In: **V SeminTUR Jr. - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, 2014, Caxias do Sul, RS. Anais (on-line). Caxias do Sul, 2014. Disponível: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/turismo_de_base_comunitaria_um_estudo.pdf Acesso em 28 set de 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Cadernos de Turismo. Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e Sustentabilidade**: Orientações para prestadores de serviços turísticos. Brasília, MTUR, 2016. Disponível <http://www.turismo.gov.br/> Acesso em 12 abr DE 2024.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 8ªed, 2010.

TOBIAS, Cleber Magalhães. **Turismo e Desenvolvimento**: Uma compreensão das racionalidades e dimensões de sustentabilidade na Trilha dos Santos Mártires das Missões/RS. 2022. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2022.

WENDT, Alberto Ensslin. **Mais que uma aventura**: a trilha dos Santos Mártires das Missões. Porto Alegre: Exclamação Design e Comunicação, 2024.